

Barueri Energia Renovável S.A.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262JK-034-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Barueri Energia Renovável S.A.
Barueri - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Barueri Energia Renovável S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Barueri Energia Renovável S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicáveis às auditorias de demonstrações contábeis de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que o assunto a seguir é o principal assunto de auditoria a ser considerado em nosso relatório.

Ativo em construção (fase pré-operacional) (Nota Explicativa no 1 e Nota Explicativa no10)

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

A Companhia encontra-se ainda em fase pré-operacional, sendo que ao longo dos últimos anos tem aplicado esforços para construção de sua planta objeto da atividade de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos, o qual irá operar sob regime de concessão, além de comercializar a energia oriunda da reciclagem energética, operações com créditos de carbono e do subproduto resultante do processo de tratamento e destinação final de resíduos sólidos.

Desta forma, o imobilizado é o ativo mais representativo da Companhia apresentando em 31 de dezembro de 2025, um saldo de R\$ 596.132 mil, substancialmente alocado nas rubricas de “ativo em construção” e “adiantamento para aquisição de imobilizado”. Os recursos para as aquisições dos ativos são oriundos substancialmente da emissão de debêntures simples, realizada em 02 de julho de 2024.

Devido aos fatores mencionados acima e, também, em decorrência de seus impactos no projeto de construção da Companhia, bem como quanto aos impactos no início de suas operações, consideramos esse assunto relevante, e portanto, um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Acompanhamento e avaliação das fases da concessão, bem como de eventuais termos aditivos que tenham sido ou venham a ser emitidos;
- Realização de testes de auditoria sobre as captações de recursos financeiros obtidos junto à suas partes relacionadas / acionistas controladores;
- Confirmação (através de cartas de circularização) dos saldos bancários ativos mantidos com instituições financeiras, bem como para confirmação da totalidade dos saldos passivos existentes;
- Discussões com a Administração acerca das expectativas do plano de negócio, bem como sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa oriundo dos inícios de suas operações;
- Revisão da avaliação feita pela Companhia com relação a sua capacidade de continuar operando e, principalmente, com relação à eventos ou circunstâncias que possam gerar dúvidas quanto ao início de suas operações;
- Teste substantivo por amostragem sobre documentos, comprovantes de pagamentos e/ou contratos relacionados aos ativos adquiridos, ativos construídos ou adiantamentos para construção;
- Discussão com a administração sobre a evolução o cumprimento do plano de negócios anteriormente elaborado, visando corroborar se existiriam premissas e dados de mercado não consistentes e/ou que devessem ser revisados e, conseqüentemente, com impacto nas projeções do custo de obra e na disponibilidade de caixa para a conclusão da obra;
- Inspeção física no canteiro de obras da construção da planta; e
- Avaliação da totalidade das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações contábeis quanto à aderência às regras aplicáveis e ao fornecimento das informações relevantes.

Com base nos procedimentos efetuados, entendemos que a Administração tem aplicado esforços para continuidade de seu plano de negócios, no intuito de concluir a construção da planta e respectivo início de suas operações e que, também, as divulgações efetuadas pela Administração em suas notas explicativas estão consistentes no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (*IFRS accounting standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 10 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Raphael Tonetto Rodrigues
Contador CRC 1SP-307.040/O-0

Barueri Energia Renovável S.A.

CNPJ nº 14.641.895/0001-58

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Ativo

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	132.973	274.886
Títulos e valores mobiliários	5	-	95.561
Outros ativos	7	2.177	1.157
Tributos a recuperar	6	7.523	1.499
Total do ativo circulante		142.673	373.103
Ativo não circulante			
Outros ativos	7	1.097	1.832
Partes relacionadas	9.a	1.233	1.233
Depósitos judiciais	8	4.744	4.744
Tributos a recuperar	6	498	6
Imobilizado em andamento	10	596.132	285.186
Intangível	10	2	3
Total do ativo não circulante		603.706	293.004
Total do ativo		746.379	666.107

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Barueri Energia Renovável S.A.

CNPJ nº 14.641.895/0001-58

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Passivo circulante			
Fornecedores	11	44.236	11.833
Obrigações tributárias	12	483	547
Empréstimos	14	-	680
Outros passivos	-	618	552
Total do passivo circulante		45.337	13.612
Passivo não circulante			
Empréstimos	14	434.180	383.553
Contas a pagar	-	387	387
Partes relacionadas	9.b	9.682	9.683
Provisões para contingências	13	4.581	4.122
Total do passivo não circulante		448.830	397.745
Patrimônio líquido			
Capital social	15.1	274.755	274.755
Prejuízos acumulados	15.4	(22.543)	(20.005)
Total do patrimônio líquido		252.212	254.750
Total do passivo e patrimônio líquido		746.379	666.107

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Barueri Energia Renovável S.A.

CNPJ nº 14.641.895/0001-58

Demonstrações dos resultados
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Despesas operacionais			
Despesas com vendas, gerais, administrativas	16	(2.740)	(1.230)
Outras receitas (despesas) operacionais	16	94	(5.213)
Prejuízo operacional		(2.646)	(6.443)
Receitas financeiras	17	37.702	16.049
Despesas financeiras	17	(37.594)	(18.753)
Prejuízo do exercício		(2.538)	(9.147)
Prejuízo por ação - básico	15	(0,01)	(0,03)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Barueri Energia Renovável S.A.

CNPJ nº 14.641.895/0001-58

Demonstrações do resultado abrangente
dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(2.538)	(9.147)
Resultado abrangente	-	-
Resultado abrangente do exercício	(2.538)	(9.147)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Barueri Energia Renovável S.A.

CNPJ nº 14.641.895/0001-58

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	155.732	(86.474)	4.325	(10.858)	62.725
Aumento de capital	119.023	86.474	(4.325)	-	201.172
Prejuízo do exercício	-	-	-	(6.000)	(6.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	274.755	-	-	(16.858)	257.897
Prejuízo do exercício	-	-	-	(2.538)	(2.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	274.755	-	-	(22.543)	252.212

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Barueri Energia Renovável S.A.

CNPJ nº 14.641.895/0001-58

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(2.538)	(9.147)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa		
Depreciação e amortização	33	20
Rendimento de aplicações financeiras	-	(15.916)
Juros sobre empréstimos	37.543	15.916
Baixa de Imobilizado	-	413
Provisão para contingência	459	-
Outros	-	504
Total	35.497	(8.210)
Variações no capital circulante		
Outros ativos	(268)	(2.378)
Tributos a recuperar	(6.533)	(1.113)
Depósitos Judiciais	-	(387)
Fornecedores	32.403	11.409
Obrigações tributárias	(64)	462
Contas a pagar	-	387
Outros passivos	66	70
Total	61.101	240
Gerado pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	61.101	240
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Contas a Receber - Partes relacionadas	-	5.217
Títulos e valores mobiliários	95.561	(111.477)
Imobilizado em andamento	(297.894)	(150.499)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	(202.333)	(256.759)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos emissão de debêntures	-	395.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(680)	-
Contas a pagar - Partes relacionadas	(1)	9.683
Aumento de capital	-	119.079
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de financiamento	(681)	523.762
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(141.913)	267.243
No início do exercício	274.886	7.643
No final do exercício	132.973	274.886
Variação do caixa e equivalentes de caixa	(141.913)	267.243

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Barueri Energia Renovável S.A.

CNPJ nº 14.641.895/0001-58

Demonstrações do valor adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas	-	-
Receita de contrato com cliente	-	-
Outras receitas	-	-
Receitas relativas à construção de ativos próprios	-	-
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	-	-
Insumos adquiridos de terceiros	(505)	(174)
Custo dos serviços prestados	-	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(505)	(174)
Perda / Recuperação de valores ativos	-	-
Valor adicionado bruto	(505)	(174)
Depreciação e amortização	(33)	(20)
Valor adicionado líquido produzido	(538)	(194)
Valor adicionado recebido em transferência	37.702	16.049
Resultado de equivalência patrimonial	-	-
Receitas financeiras	37.702	16.049
Outras transferências recebidas	-	-
Valor adicionado total a distribuir	37.164	15.855
Distribuição do valor adicionado	37.164	15.855
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Benefícios	-	-
F.G.T.S.	-	-
Impostos, taxas e contribuições	1.840	818
Federais	1.840	818
Estaduais	-	-
Municipais	-	-
Remuneração de capital de terceiros	37.862	24.184
Despesas financeiras	37.594	18.753
Aluguéis	-	14
Outros	268	5.417
Remuneração de capitais próprios	(2.538)	(9.147)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-
Dividendos	-	-
Prejuízo do período	(2.538)	(9.147)

1. Contexto operacional

A Barueri Energia Renovável S.A. (“Companhia” ou “Barueri Energia Renovável”), é uma sociedade anônima, sediada na Avenida Pirarucu, no 3.891, conjunto 3.901, bairro Nova Aldeinha/Aldeia, na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, constituída em 04 de novembro de 2011, tendo a Foxx Inova Ambiental S.A. como sua controladora e a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) como acionista minoritária.

A Companhia tem por objeto social as atividades de tratamento e destinação final de resíduos sólidos urbanos sob regime de concessão via contrato de parceria público-privada firmado em janeiro de 2012, para atendimento ao Município de Barueri pelo prazo de 30 anos contados a partir da data de assinatura do contrato.

A remuneração do contrato se dará pela prestação direta do serviço a terceiros e ao próprio poder concedente. Além disto, a Companhia tem por objeto a comercialização da energia oriunda da reciclagem energética, créditos de carbono e créditos de reciclagem.

Em 2021, a Companhia participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A partir de 2027, a Companhia comercializará anualmente 105.000 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço atualizado de R\$ 613,64/MWh, totalizando cerca de R\$ 1,3 bilhão para o período de 20 anos, corrigido anualmente pelo IPCA. A Companhia terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de recebimento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano.

Atualmente, a planta encontra-se ainda em fase de construção, com previsão de conclusão ao longo do exercício de 2026, com previsão de início das operações em janeiro de 2027.

Continuidade operacional

As Demonstrações contábeis foram elaboradas no curso normal dos negócios. A administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das Demonstrações contábeis. A administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. O início de suas operações depende exclusivamente da continuidade dos aportes financeiros de seus investidores acionistas e/ou desembolsos de credores para a conclusão da construção de sua planta. Até a data de emissão destas Demonstrações contábeis estes investidores acionistas têm realizado todo o aporte de recursos necessários para o andamento da fase de construção e assim se comprometem a manter até o início das operações.

2. Base de preparação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil requerem a apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, enquanto as normas IFRS não requerem sua apresentação, dessa maneira a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto dessas demonstrações.

A emissão destas informações contábeis anuais foi autorizada pela Diretoria em 10 de março de 2026.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (moeda funcional). As Demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.1. Uso de estimativas e julgamentos

As Demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Na preparação dessas Demonstrações contábeis, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais

a) Operações em moedas estrangeiras

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em moeda funcional com base nas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio no final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

b) Classificação circulante e não circulante

Os ativos e passivos no balanço patrimonial são classificados como circulante quando mantidos principalmente para negociação e quando se espera realizá-los dentro de 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

c) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósito bancário, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor) e saldos em contas garantidas.

As aplicações financeiras são de renda fixa, mantidas com instituições financeiras de primeira linha, e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

d) Instrumentos financeiros

Concentração de risco de crédito: os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem primariamente em caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. A Companhia mantém contas-correntes bancárias com instituições financeiras aprovadas pela administração de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Valor contábil e valor justo dos instrumentos financeiros: os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia representam o custo amortizado, e os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos nem com instrumentos de riscos semelhantes. Os ativos e passivos financeiros da Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, e fornecedores.

Compensação de Instrumentos financeiros: os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido e apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, haja o direito legal de compensar os valores e a Companhia tenha intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Contas a receber de clientes

Apresentadas ao valor contábil, não sendo aplicável o ajuste a valor presente. Não foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa em função das remotas expectativas de perda.

f) Imobilizado e imobilizado em andamento

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo de aquisição e/ou construção, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Adicionalmente, a Companhia está construindo a planta de waste to energy (em andamento), cuja vida útil e/ou prazo de amortização em concordância com o contrato de concessão deverá ser estimada até o início de sua operação.

g) Concessão – ICPC01 (IFRIC12)

No início de sua operação a Companhia passará a reconhecer o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), a qual especifica as condições a serem atendidas para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) estará registrada como intangível de concessão, uma vez que o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos, mas sim é prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos (concessão administrativa), sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. A Companhia tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão ou vida útil, dos dois o menor.

h) Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa a qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável.

i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva, quando aplicável.

j) Empréstimos

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Após o reconhecimento inicial, empréstimos contraídos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

k) Provisões

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

l) Reconhecimento de receita

A receita de venda de produtos ou serviços é reconhecida conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Clientes, que estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente quando atendida sua obrigação de performance.

A receita de contratos com clientes é reconhecida, baseada no modelo de cinco passos: **(i)** identificação dos contratos com os clientes; **(ii)** identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; **(iii)** determinação do preço da transação; **(iv)** alocação do preço da transação à obrigação de performance previstas nos contratos; e **(v)** reconhecimento da receita quando a obrigação de performance é atendida.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.

Receita de juros

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

m) Imposto de renda e contribuição social

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos.

Tributos correntes: a provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Tributos diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Sociedade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não apurou base tributável de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro líquido.

n) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita. Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica “resultado financeiro”.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

o) Informação por segmento – CPC 22

Após início da operação, a Companhia em consonância com o pronunciamento CPC 22 – Informações por segmento, apresentará suas informações em único segmento denominado Transição Energética, demonstrando de forma mais fidedigna a visão da Administração em relação à Unidade Geradora de Caixa (“UGC”).

p) Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), nos termos da NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil conforme aplicável às companhias abertas, enquanto para fins de IFRS, representam informação suplementar, como parte das Demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

q) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto. As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 (R2) “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

r) Normas e interpretações novas e revisadas

Para as seguintes normas ou alterações a administração entende que não houve e nem haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber:

Pronunciamento	Vigência
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), estão em vigor a partir de 01 de janeiro de 2026 de forma facultativa ou obrigatória para os exercícios seguintes:

Pronunciamento	Avaliação de adoção inicial
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas demonstrações contábeis.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas demonstrações contábeis.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - demonstrações contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.
Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	A Companhia avaliou e não identificou impacto material nas informações trimestrais da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

4. Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	191	47
Aplicações financeiras	132.782	274.839
Total	132.973	274.886

As aplicações financeiras são de renda fixa, mantidas com instituições financeiras de primeira linha, e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia. As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e títulos emitidos e comprometidos por instituições financeiras de primeira linha. O rendimento destas aplicações é postecipado, na proporção de 101% da taxa de juros do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2025 e possuem liquidez imediata.

5. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos e valores mobiliários	-	95.561
Total	-	95.561

O saldo de títulos e valores mobiliários constitui-se de recursos com rentabilidade via aplicações em CDB, sem risco de variação significativa do principal e rendimentos quando do resgate e remuneradas a rendimentos próximos a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDIs). Nesta rubrica estão classificados os valores das aplicações que não possuem liquidez imediata. Ao longo do exercício de 2025, houve resgates dos anteriormente aplicados e que eram oriundos da emissão de debêntures em 2024, para honrar os compromissos de investimentos da WtE.

6. Tributos a recuperar

A composição dos impostos e contribuições a recuperar é a demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ a recuperar	7.512	1.448
CSLL a recuperar	11	-
PIS a recuperar	-	34
INSS a restituir	498	6
Total	8.021	1.488
Circulante	7.523	1.482
Não circulante	498	6

7. Outros ativos

Os saldos de outros ativos são demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	15	-
Adiantamentos aos fornecedores	873	145
Adiantamentos diversos	-	32
Despesas antecipadas (1)	2.386	2.829
Total	3.274	3.006
Circulante	2.177	1.174
Não circulante	1.097	1.832

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

(i) O acréscimo na rubrica ocorreu principalmente pela contratação de seguros para a construção da planta de waste to energy.

8. Depósitos judiciais

O montante a seguir é composto por valores a receber de cliente retidos como garantia referente ao processo impetrado pela Keppel Seghers Belgium Nv.

Em 2022 e 2021, os valores abaixo compõem os bloqueios judiciais sofridos e retenção de valores a receber do cliente Cemig Geração e Transmissão S.A. como pagamento de depósito judicial referente aos processos civis pela a Keppel Seghers Belgium Nv. Em 2023, a Companhia registrou no resultado o montante residual, uma vez que foi identificada utilização dos valores em pagamentos processuais.

	31/12/2025	31/12/2024
Bloqueio judicial (i)	4.744	4.744
Total	4.744	4.744

(i) Nesta rubrica há montantes referentes a recebíveis de clientes que foram levantados no processo judicial da Keppel.

9. Transações com partes relacionadas

a) Contas a receber - Parte relacionada

	31/12/2025	31/12/2024
Orizon Valorização de Resíduos	1.233	1.233
Total	1.233	1.233

O saldo em aberto se referente a transações de conta corrente com a Orizon.

b) Mútuos - Parte relacionada

	31/12/2025	31/12/2024
Foxx Inova Ambiental S.A.	2.797	2.798
Orizon Meio Ambiental S.A.	5.776	5.776
Foxx Holding	1.109	1.109
Total	9.682	9.683

Os montantes apresentados, referem-se a aportes financeiros recebidos das sócias Foxx Inova Ambiental S.A., Orizon Meio Ambiental S.A., Foxx Holding e Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo, cujo objetivo é a manutenção do capital de giro e principalmente investimento para a construção da planta de WTE em Barueri, até que a Companhia supere sua fase pré-operacional.

c) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal chave da administração é formado por Diretores executivos dos acionais Foxx Inova Ambiental S.A. e Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp). Os administradores não são remunerados enquanto a Companhia encontrar-se em fase pré-operacional.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

10. Imobilizado em andamento

A composição do ativo é demonstrada a seguir:

Descritivo	Saldo 31/12/2023	Aquisições	Juros capitalizados	Baixas	Depreciação	Transferências	Saldo 31/12/2024
Outros ativos	24	224	-	-	(20)	-	228
Ativos em construção (i)	60.928	8.284	-	(413)	-	-	68.799
Adiantamento para aquisição de imobilizado (ii)	67.561	141.991	4.646	-	-	1.961	216.159
Total	128.513	150.499	4.646	(413)	(20)	1.961	285.186

Descritivo	Saldo 31/12/2024	Aquisições	Juros capitalizados	Baixas	Depreciação	Saldo 31/12/2025
Outros ativos	228	11	-	-	(32)	207
Ativos em construção (i)	68.799	226.699	13.084	-	-	308.582
Adiantamento para aquisição de imobilizado (ii)	216.159	71.184	-	-	-	287.343
Total	285.186	297.894	13.084	-	(32)	596.132

(i) Os registros relacionados ao ativo em construção são relacionados a: 1) Serviços Prestados: de Seguros; de Pessoas Jurídicas; e de Pessoas Físicas, contratos e Licenças: de Fianças e garantias, e de Licenças Ambientais;

(ii) Adiantamentos principalmente à fornecedores estrangeiros para construção da planta de waste to energy.

Após o término de sua construção os ativos serão devidamente transferidos ao imobilizado ou intangível de concessão, conforme apropriado.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

11. Fornecedores e outras contas a pagar

A composição dos fornecedores é demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores- Nacional	6.599	11.833
Fornecedores – Exterior	37.637	-
Total	44.236	11.833

12. Obrigações tributárias

A composição das obrigações tributárias é demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Tributos a recolher	220	163
Contribuições sociais a recolher	263	384
Total	483	547

13. Provisão para contingências**Provisões de processos civis**

A Keppel Seghers Belgium alega inadimplemento contratual a partir do não pagamento de obrigações assumidas com o contrato de fornecimento de sistema de produção de energia a partir de resíduos, celebrado com a Companhia e a Orizon Meio Ambiente S.A. com possibilidade provável de perda.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.121
Atualizações	2.001
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.122
Atualizações	433
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.555

Em conformidade com o posicionamento de seus assessores jurídicos a Companhia não possui outros processos trabalhistas, cíveis ou fiscais com probabilidades de perdas prováveis.

Processos com prognóstico de perda possível

Em 31 de dezembro de 2025 os processos considerados como de probabilidade de perda possível pela Administração e por seus assessores legais externos, não provisionados somam R\$1.245 (R\$187 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação do saldo de 31 de dezembro de 2025 se refere a atualização do passivo e não considera novos ingressos, baixas ou liquidações.

14. Empréstimos

Credor	Vencimento	Encargos financeiros	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	15/03/2043	IPCA + 7,7959% a.a.	466.189	415.562
Custos com emissão de debêntures			(32.009)	(32.009)
Total			434.180	383.553
Não circulante			434.180	383.553

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

A movimentação das debêntures está apresentada a seguir:

Emissão de debêntures	395.000
Encargos financeiros - Resultado	15.916
Encargos financeiros - Capitalizações	4.646
Diferimento de gastos na captação de recursos	(32.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	383.553
Encargos financeiros - Resultado	37.543
Encargos financeiros - Capitalizações	13.084
Saldos em 31 de dezembro de 2025	434.180

Emissão de debêntures

Em 02 de julho de 2024, foi aprovada a 1ª emissão de debêntures simples a investidores qualificados, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, da controlada indireta Barueri Energia Renovável (Debêntures), perfazendo o montante total de R\$ 395.000 na data de emissão. A data de emissão das Debêntures foi 15 de junho de 2024, com encerramento da oferta pública em 07 de agosto de 2024, sendo que o vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 18 (dezoito) anos e 09 (nove) meses a contar da data de emissão, ou seja, 15 de março de 2043 (Emissão) e terão prazo de vencimento de 18 (dezoito) anos e 09 (nove) meses da data de emissão, tendo 03 (três) anos de carência para pagamento de juros e principal, correção monetária pelo IPCA e juros remuneratórios de 7,7959% ao ano, base 252 dias úteis.

Os recursos líquidos captados com a Emissão estão sendo utilizados para implementação do empreendimento de geração de energia através da incineração de resíduos sólidos urbanos ("RSU"), com potência instalada de 20MW e recebimento de cerca de 313.000 ton/dia de RSU. A tecnologia utilizada nesta usina é, amplamente, a mais utilizada no mundo em usinas do tipo Waste-to-Energy (WtE) e tem como principais atrativos a área reduzida para instalação, robustez tecnológica e a possibilidade de implantação em localidades próximas a grandes centros urbanos.

As Debêntures serão caracterizadas como "debêntures verdes" tendo em vista a conformidade, em seus aspectos materiais, aos Green Bond Principles e boas práticas de mercado para emissão de títulos verdes, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável. Esta caracterização será confirmada com base em parecer de segunda opinião emitido por consultoria especializada, conforme previsto nos documentos da oferta.

Por fim, a S&P Global Ratings atribuiu o rating "brAA-", com perspectiva estável, à Emissão, conforme comunicado à imprensa divulgado em 02 de julho de 2024.

Em 07 de agosto de 2024, foi encerrada a oferta pública da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória em série única, da Barueri Energia Renovável S.A. ("Debêntures"), tendo sido integralizado o montante total de R\$ 395.000 (trezentos e noventa e cinco milhões de reais).

Covenants

A dívida possui determinados covenants financeiros e não financeiros usuais a esse tipo de transação.

A dívida poderá vencer antecipadamente em caso de: **(1)** Inadimplência de obrigações pecuniárias das debêntures; **(2)** Deterioração significativa do quadro econômico-financeiro que conseqüentemente diminua a capacidade de pagamento de dívidas; **(3)** Protesto de títulos e/ou vencimento declarado de dívidas com valores superiores a R\$5.000; **(4)** Declaração de falência, dissolução, liquidação ou extinção; **(5)** operações que alterem a estrutura societária da Emissora, dentre outros itens.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

Os índices financeiros são mensurados sobre os saldos das demonstrações financeiras da controladora indireta Orizon Valorização de Resíduos (conforme estabelecido na escritura da 1ª emissão das debentures da Companhia). A Companhia comprometeu-se a manutenção de determinados índices econômico-financeiros levantados no encerramento de cada trimestre, tais como:

- Relação Dívida Líquida x EBTIDA - 4,5x a 3x escalonada a partir de 2025 até o vencimento;
- Índice de Cobertura do Serviço de Dívida - Maior ou igual a 1,1x

Foram apresentadas as seguintes garantias para esta operação:

- Alienação fiduciária das ações que compõem o capital social;
- Direitos creditórios atuais e futuros dos contratos de PPA para operação;
- Alienação fiduciária de todas as máquinas e equipamentos relacionados ao projeto.

Em 31 de dezembro de 2025, e até a emissão destas demonstrações contábeis, a Companhia está adimplente com todos os seus convenants e não possuía obrigações descumpridas.

15. Patrimônio líquido**15.1. Capital social**

Em 31 de julho de 2024, houve alteração no capital social, em função de capitalização no montante de R\$ 119.023 mil (R\$ 95.218 capitalizados pela Foxx Inova e R\$ 23.805 mil capitalizados pela Sabesp) via recursos aportados pelos acionistas, mediante emissão de 119.023 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 274.755, mantendo a estrutura societária anterior.

O capital social em 31 de dezembro de 2025 no valor R\$ 274.755 está representado por 274.755 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada.

15.2. Dividendos e reserva legal

O estatuto social da Companhia, em conformidade com a Lei das S.A., prevê para quando da existência de lucro líquido, a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório para os acionistas, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, quando houver ajustado pela constituição da reserva legal (destinação de 5% do lucro líquido sem exceder 20% do capital social).

15.3. Prejuízo por ação

Os resultados por ação, básico e diluído, foram calculados com base no resultado do período, atribuível aos acionistas da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, pela quantidade média ponderada de ações durante o exercício.

	Média ponderada	Prejuízo do exercício	Prejuízo por ação - básico
Dezembro de 2025	274.755	(2.538)	(0,01)
Dezembro de 2024	274.755	(9.147)	(0,03)

Não há instrumentos com efeitos diluidores em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

16. Despesas operacionais

A composição das despesas e gastos por natureza está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Operacionais		
Despesas Administrativas	(2.120)	(1.230)
Serviços Prestados	(620)	(5.213)
Outros	94	-
Total	(2.646)	(6.443)

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

17. Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Receitas de aplicações financeiras	37.543	16.032
Receitas de juros	158	10
Receitas de descontos	-	4
Variação cambial ativa	1	3
Total	37.702	16.049
Despesas financeiras		
Juros de empréstimos	(37.543)	(15.916)
Juros de aportes financeiros	(10)	(2.798)
Descontos concedidos	-	(15)
Outras despesas financeiras	(4)	(24)
Total	(37.594)	(18.753)
Resultado financeiro líquido	108	(2.704)

18. Tributos sobre lucro

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e valores no resultado está demonstrada a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do período antes do IRPJ e CSLL	(2.538)	(9.147)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(863)	(3.110)
Efeito das adições ao lucro contábil		
Compensação prejuízo fiscal	863	3.110
IRPJ e CSLL à alíquota efetiva	-	-
Imposto corrente	-	-
IRPJ e CSLL nas demonstrações dos resultados	-	-
Alíquota efetiva	-	-

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía o montante de R\$ 17,604 de prejuízo fiscal e base negativa acumulados, cujo saldo não foi registrado como ativo fiscal diferido, em razão de ausência de expectativa de realização com lucro tributável futuro até o presente momento.

19. Instrumentos financeiros e gestão de riscos**a) Considerações gerais e políticas**

A gestão de instrumentos financeiros é realizada através da definição de estratégias internas e estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela administração da Companhia.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da exposição cambial consolidada da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela administração.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

Aplicações financeiras

A administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada atualizados até 31 de dezembro de 2025 e 2024 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Hierarquia do valor justo

O Grupo usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Categoria	Preços cotados para ativos e passivos idênticos (Nível 2)	31/12/2025		31/12/2024		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado Nível 1	132.973	132.973	274.886	274.886	
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado Nível 2	-	-	95.961	95.961	
Contas a receber de partes relacionadas	Custo amortizado -	1.233	1.233	1.233	1.233	
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado -	4.744	4.744	4.744	4.744	
Passivos financeiros						
Fornecedores	Custo amortizado -	44.236	44.236	11.823	11.823	
Empréstimos	Custo amortizado -	434.180	434.180	384.233	384.233	
Contas a pagar a partes relacionadas	Custo amortizado -	9.682	9.682	9.683	9.683	

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

c) Gestão de risco financeiro**Fatores de riscos**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco cambial.

Estrutura de gerenciamento de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de um acompanhamento da administração visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A administração aplica um acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando, quando necessário, instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A tesouraria identifica, avalia e contrata instrumentos financeiros com o intuito de proteger a Companhia contra eventuais riscos financeiros, principalmente decorrentes de taxas de juros e câmbio.

Risco de mercado**i) Risco de taxa de juros**

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras de curto e longo prazo e debêntures emitidas.

A administração da Companhia tem como política manter os indexadores de suas exposições às taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI pós-fixado, conforme contratos firmados com as instituições financeiras, enquanto as debentures são indexadas ao IPCA.

Análise de sensibilidade da variação na taxa do CDI e IPCA

A administração efetuou teste de sensibilidade para o ativo e passivo indexados ao CDI e IPCA, respectivamente, considerando o cenário razoavelmente possível das taxas para o próximo exercício, a partir da taxa efetiva anual levantada em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir:

Instrumento financeiro	Indexador	Taxa de juros a.a. %	Posição em 31/12/2025	Cenário razoavelmente possível %	Exposição R\$
Aplicações financeiras	CDI	14,90%	95.561	11,90%	(14.239)
Empréstimos	IPCA	4,26%	(434.180)	3,91%	18.496
Exposição líquida					4.257

(*) Informações extraídas do Relatório Focus – Banco Central do Brasil.

A administração entende que os dados quantitativos referentes ao risco de exposição a taxas de juros da Companhia em 31 de dezembro de 2025 são condizentes e representativos à exposição incorrida durante o exercício.

ii) Risco de crédito

A Companhia está sujeita também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. Considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantém em instituições financeiras com as quais operam que são consideradas pelo mercado como de primeira linha.

iii) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica em manter caixa suficiente, disponibilidades de captação através de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios da Companhia, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito.

A administração monitora o nível de liquidez da Companhia, considerando o fluxo de caixa esperado em contrapartida às linhas de crédito não utilizadas, a caixa e equivalentes de caixa.

d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno a seus sócios e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A posição financeira líquida corresponde ao total do caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras, subtraído de eventuais montantes de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo.

e) Valores de mercado

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de mercado das aplicações financeiras aproximam-se dos valores registrados nas Demonstrações contábeis pelo fato de elas estarem atreladas à variação do CDI.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço.

20. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais compreendendo seus imóveis, equipamentos, veículos, transportes e obra da construção do ativo. Estes seguros são realizados junto a instituições seguradoras nacionais e estrangeiras, em valores considerados como suficientes pela administração. As premissas de riscos, dadas as suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores.

21. Compromissos

Em 2021, a Companhia participou e se sagrou vencedora de dois leilões de geração de energia promovidos pelo governo federal. A partir de 2027, a Companhia comercializará anualmente 105.000 MWh, o equivalente a 75% de sua capacidade, a um preço atualizado de R\$613,64/MWh, totalizando cerca de R\$1,3 bilhão para o período de 20 anos, corrigido anualmente pelo IPCA. A Companhia terá uma potência instalada de 20 MWe, com capacidade de recebimento de aproximadamente 300 mil toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (valores expressos em milhares de reais - R\$)

Atualmente, a planta encontra-se ainda em fase de construção, com previsão de conclusão ao longo do exercício de 2026, com previsão de início das operações no primeiro trimestre de 2027.

Barueri Energia Ambiental S.A.

Leonardo Roberto P. dos Santos

CPF: 218.498.438-80

Administrador

Domingues e Pinho Contadores Ltda.

CRC-RJ 001137/O-0

Rejane Paulo Xavier Leite

CRC-RJ 070.494/O-6 – Contador(a)

Domingues e Pinho Contadores Ltda.

CRC-RJ 001137/O-0

Marluci Azevedo Rodrigues

CRC-RJ 059.203/O-4 – Contador(a)